

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.636, DE 2007

PARECER COMPLEMENTAR

Modifica a Lei n.º 9.537, de 1997, que “dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”, relativamente ao serviço de praticagem.

Autor: Deputado LÚCIO VALE

Relator: Deputado CLÁUDIO DIAZ

I - RELATÓRIO

Concluí meu parecer ao Projeto de Lei n.º 1.636, de 2007, apresentando voto favorável à iniciativa, na forma de um substitutivo. Publicada a matéria, foi encaminhada a esta Comissão, pelo ilustre Deputado Aelton Freitas, uma emenda a esse substitutivo.

De acordo com a emenda, o art. 13 da Lei n.º 9.537, de 1997, passaria a permitir a execução de serviço de praticagem, também, por práticos contratados, ou empregados, por empresas de navegação, por empresas operadoras de terminais portuários ou por administrações portuárias. Segundo o Deputado Aelton Freitas, é necessário assegurar a oferta dos serviços de praticagem em bases concorrenciais de mercado, o que possibilitará aos que recorrem à atividade – companhias de navegação, operadores de terminais e administrações portuárias – lograr redução dos custos derivados de sua contratação, algo que refletir-se-á no aumento da competitividade dos produtos levados à exportação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De vez que a emenda retoma aspecto já abordado em meu parecer, sem, contudo, associar à discussão da matéria fatos novos, receio ter de reproduzir as observações que fiz acerca da contratação de práticos por companhias de navegação. É como segue:

“Parece-me temerário permitir que o prático se sujeite a uma relação de trabalho na qual ocupe a posição de subordinado do empresário de navegação, devendo-lhe obediência e esforçando-se para não o desagradar. Lembro que se trata, sim, de profissional que tem sobre si a enorme responsabilidade de conduzir com segurança embarcação de terceiros por área que oferece risco à navegação. Mas há algo ainda mais importante: sua capacitação precisa estar a serviço, em primeiro lugar, da segurança de todas as pessoas e instalações que se acham na zona de praticagem. Dado o caráter estratégico e de utilidade pública do serviço de praticagem – não por acaso submetido à tutela da autoridade marítima – penso que a independência do prático em relação àquele para quem presta serviço é condição favorável, se não essencial, a que se frustrem quaisquer tentativas de colocar, nesse contexto, o interesse privado à frente do interesse público.

Ademais, tendo em vista que se necessita do controle do exercício da praticagem, acredito que modos autônomos de organização do serviço – como associações e empresas especificamente dedicadas à praticagem – facilitem a fiscalização de que foi incumbida a Marinha do Brasil.”

Meu voto, assim, é pela rejeição da emenda apresentada ao substitutivo proposto por este relator ao Projeto de Lei n.º 1.636, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **CLAUDIO DIAZ**
Relator